



RESUMO: Estabelece que a água não é de acesso livre, ou seja, precisamos pedir autorização se quisermos usar. Diante desta afirmação, toda a água indiferente do manancial e do terreno que ela se encontra ela é pública e o acesso não é livre. Estabelecendo assim, exatamente para garantir o acesso de todos, pelo menos dentro dos limites mínimos estabelecidos. Com base nos dados fornecidos pela COGERH e SRH. Perante este conceito, este trabalho objetiva identificar as condições em que está o processo de outorga e a construção de poços indevidos na cidade de Juazeiro do Norte, localizado no sul do Estado do Ceará, a 600 km da capital Fortaleza.

Palavras-chave: Água subterrânea, escassez, poços.

LICENSER & LICENSING OF WORKS HÍDRICAS INTO THE ARGUMENT COGERH EM JUAZEIRO OF THE NORTH CE

ABSTRACT: This article states that the water is not free, that is, we need to ask permission if we want to use. Faced with this statement, all the water indifferent to wealth and the land it is it is public (Articles 20 and 26 of the constitution of 1988) and access is not free (Article 21 of the constitution of 1988), or to withdraw water from any source has been before asking for the authorization and the document that the public administration will give us, is the call outorga. It noted that contrary to what you think, the law establishes well, just to ensure access for all, at least within the limits established minimum. Given this concept, this study aims to identify the conditions under which is the process of granting undue wells and the construction of the city of Juazeiro of the North, located in the southern of the state of Ceará, 600 km from the capital Fortaleza.

Key-words: underground water, scarcity, wells.

INTRODUÇÃO

O homem necessita de água em suas diversas atividades. O uso excessivo dos recursos hídricos subterrâneos tem ocasionado problemas, da degradação de sua qualidade, além da

carência dos mesmos, devido ao resultado do crescimento populacional, industrial e aumento de outras atividades do homem. Para que a água subterrânea possa ser garantida na qualidade ideal aos seus diversos usos. Sendo este o tema de várias pesquisas sobre o déficit da água, que se encontra em processo acelerado, atingindo a humanidade, pela sua escassez, falta de alimentos, gerando tensões políticas e sociais, podendo ocasionar até mesmo guerras.

Outorga da água segue o seguinte, mecanismo pelo qual o usuário recebe uma autorização, com validade anual, ou uma concessão, para fazer uso da água. A outorga de direito, com a cobrança pelo uso da água, constitui relevante elemento para o controle e a disciplina do uso dos recursos. Sendo assim um ato administrativo mediante o qual o Poder Público outorgante (União, Estados ou Distrito Federal) faculta ao outorgado o uso de recurso hídrico, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

A Outorga, como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, está prevista no art. 5º. Incisos III, da Lei 9.433/97. Segundo o art. 11 da mesma lei:

“O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água” (ANA, 2008).

Segundo Holanda (2003), as águas subterrâneas constituem cerca de 95% da água doce de nosso planeta. Apenas 5% formam todos rios, lagoas e outros. Mostrando assim a importância fundamental das águas subterrâneas. Sua utilização tem tido um grande aumento muito nos últimos 20 anos, em razão incremento da demanda.

Atualmente existem cidades abastecidas, em parte ou totalmente, por águas subterrâneas como é caso da área em estudo (CAGECE, 2008).

Apesar de toda a importância que têm as águas subterrâneas não existe uma preocupação da parte da população com sua preservação. Podendo ocorrer a superexploração do aquífero, por causa da perfuração de um número exagerado de poços muito próximos e de sua de sua contínua exploração, este tipo de atividade necessita de licença de obras hídricas concebida pela SRH (Secretaria dos Recursos Hídricos) e seu agravamento pelo o asfaltamento exagerado do sistema viário das cidades limitando a recarga dos aquíferos mesmo em áreas sedimentares. Por esse motivo haver uma maior fiscalização da construção de poços pelos órgãos competentes.

Segundo a COGEHR (2008), existem 296 poços na cidade de Juazeiro atualmente, localiza-se no sul do Estado, a 600 km da capital Fortaleza. Sua área é de 248,558 km², mas podendo este número ser maior. Por esse motivo o objetivo da avaliação das condições em que se encontram o controle e disciplina do uso da água na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Buscando melhorias, que garantam em termos de quantidade e também quanto à qualidade para as presentes e futuras gerações.

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO

A pesquisa será realizada no município de Juazeiro do Norte-CE Localiza-se no sul do Estado, a 600 km da capital Fortaleza. Sua área é de 248,558 km², a uma altitude média de 350

metros. A população do município é estimada em 240.638 habitantes. A taxa de urbanização é de 95,3% (IPECE, 2004).

A outorga de direito de uso dos recursos hídricos, no Estado do Ceará, encontra-se baseada na Lei no 11.996, de 24 de julho de 1992, que dispôs sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, nomeando-a como um instrumento de gerenciamento no que diz respeito à implantação de qualquer empreendimento que consuma água, superficial ou subterrâneo, a realização de obras ou serviços que alterem o regime, quantidade ou qualidade da mesma.

Considerando as suas atribuições dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, a Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, juntamente com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, estão se estruturando para o desenvolvimento da implantação dos instrumentos de gestão em todo o Estado.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa sobre a avaliação das condições de outorga e licenciamento para obras hídricas concedida pela SRH (Secretaria dos Recursos Hídricos) para a construção de poços na área em estudo, será realizada um diagnóstico usando coletas de dados como a base de dados históricos de precipitação da região nos órgãos competentes, SRH e COGERH. Com posse dos dados será feita uma avaliação do volume de água que será usado para fazer a recarga do aquífero missão velha, o que é igualmente ao que é retirado através de bombeamento por meio de poços, e com isso os órgãos competentes mencionado acima terão como verificarem e controlarem os recursos hídricos subterrâneos da nossa região. Estudos sobre o real número de poços perfurados através de monitoramentos utilizando questionários com a população para diagnosticar a consciência da mesma para o pedido de outorga da água e licença de obras hídricas.

CONCLUSÕES

Como forma de preservar a água e garantir o acesso a todos, mesmo diante de sua finitude, ou seja, a quantidade de água existente é relativamente pouca e o Estado têm o dever de garantir o acesso a todos para as suas necessidades básicas, ainda manter uma política de desenvolvimento necessário à manutenção da sobrevivência das pessoas, para tal todos os usos principalmente os prioritários devem estar legalizados e cadastrados no sistema de informação de recursos hídricos, pois só assim a administração pública pode exercer seu dever de preservá-los. O pedido é feito através de um requerimento encaminhado ao Secretário de Recursos Hídricos.

Como foi dito anteriormente o pedido é feito ao Secretário, no entanto o processo é aberto na COGERH, isto se deve ao fato de que a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos instrui os processos, ou seja, orienta na abertura do processo, analisa tecnicamente o pedido e sugere o atendimento ou não do pedido apresentado. Diante do parecer técnico elaborado pela Gerencia de outorga e fiscalização da COGERH, o Secretário decide sobre o atendimento ou não do pedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA, Agência Nacional da Água. Gerência de outorga - Lei Federal nº 9.433/97 Disponível em: <http://www.ana.gov.br/gestaoRecHidricos/Outorga/default2.asp>. Acesso 11 de abril de 2008.

CAGECE. Cagece está implantando automação nos sistemas de água e de esgoto de Juazeiro. <http://www.cagece.com.br/comunicacao/noticias/pstnot/not200807>. Disponível em: Acesso em 15 de março de 2008.

COGERH. Gestão dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.Gogher.com.Br>. Acessado em 10 de abril de 2008.

HOLANDA, FRANCISCO JOSÉ; Uso e Manejo dos Recursos Naturais no Semi-árido: Fortaleza, 2003.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal- Juazeiro do Norte. Fortaleza-CE, 2004. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicações/perfilbasico/pbm2004_PDF/juazeiro_do_norte.pdf. Acesso em: 14 ago. 2007.

SECTMA.; AESA. Outorga de água e licença para implantação de obra hídrica. João Pessoa, 2007. Disponível em: <Http://www.aesa.pb.gov.br/outorga/Outorga.pdf>. Acesso em 11 de março de 2008.